



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho Final de Curso

(Tecendo possibilidades) Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - de Santa Luzia ao Centro Histórico de Salvador

Kaíc Fernando Ferreira Lopes – Profissional Residente AU+E/UFBA

Ramone Laíse Araújo Brandão – Profissional Residente AU+E/UFBA

Arq. Prof. Dr. Fabio Macedo Velame / Tutor

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação da Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA
2022

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO:

Autoria:

Kaíc Fernando Ferreira Lopes, Profissional Residente AU+E/UFBA

Ramone Laíse Araujo Brandão, Profissional Residente AU+E/UFBA

Prof. Dr. Fábio Macedo Velame - Tutor

Colaboração:

Prof. Dr. Fábio Macedo Velame - Tutor

Cícero Melo (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico)

Profa. Dra. Heliana Faria Mettig Rocha (Arquiteta e Urbanista)

Apoio:

Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Data: 20 de junho (segunda-feira) de 2022

Local: Online às 14:30 via RNP UFBA

Residentes: Kaíc Fernando Ferreira Lopes, Profissional Residente AU+E/UFBA

Ramone Laíse Araujo Brandão, Profissional Residente AU+E/UFBA

Título: (Tecendo possibilidades) Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - de Santa Luzia ao Centro Histórico de Salvador

Membros da Banca:

Tutor(a): Fábio Macedo Velame

Membro Interno: Prof.^a Me. Maria Teresa do Espírito Santo (RAU+E/UFBA)

Membro Externo: Prof. Dr. João Pereira Oliveira Junior (Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS)/Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Representante(s) da Comunidade:

Cícero Melo (AMACH)

'Tire as construções da minha praia, não consigo respirar [...] Especulação imobiliária e o petróleo em alto mar, subiu o prédio eu ouço vaia... Eu faço figa pra essa vida tão sofrida terminar bem sucedida [...] Lucro [...] máquina de louco... você pra mim é lucro, é pra bater, pá...

(Lucro: Descomprimindo - Baiana System)

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social desenvolvida no Centro Histórico de Salvador, no âmbito da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – RAU+E da Universidade Federal da Bahia. Por meio de um estudo de caso, foram analisados os métodos e instrumentos utilizados, o ideal, o real e o possível ao longo da residência e como se deu o processo de aproximação com as comunidades, não apenas relatando a atuação, mas também propondo um estudo de potencial construtivo para a área. Ferramenta esta que poderá contribuir futuramente para a área estudada. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa por meio de técnicas de observação e pesquisa documental, utilizando como principal instrumento a adaptabilidade dos alunos e professores quanto às ferramentas digitais, a interação com as comunidades, dos orientandos com os orientadores (exclusivamente on-line) e a superação desses desafios para minimamente tentar atender os anseios tanto dos profissionais como das comunidades e dos movimentos sociais, direcionado para conquista de moradia digna frente aos problemas urbanos nas cidades brasileiras. Acredita-se poder fomentar maior reflexão sobre a RAU+E que constitui uma proposta pioneira incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências.

Palavras-chave: Assistência Técnica; Habitação; Direito à Cidade; Pandemia; Residência.

LISTA DE SIGLAS

ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

RAU+E – Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia

CHS – Centro Histórico de Salvador

HIS – Habitação de Interesse Social

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNB – Universidade de Brasília

UFPEl – Universidade Federal de Pelotas

UFCE – Universidade Federal do Ceará

AMACH – Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico

OMS – Organização Mundial da Saúde

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

CTAH – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado

PNH – Política Nacional de Habitação

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

FAUFBA – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

ONG – Organizações não Governamentais

GT – Grupo de Trabalho

CAB – Centro Administrativo da Bahia

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PLANDIP – Plano Diretor do Pelourinho

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

SUCOM – Secretaria Municipal de Urbanismo

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

PHIS – Plano de Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	13
2. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA – RAU+E ...	17
2.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E O DESTANCIAMENTO SOCIAL – PANDEMIA DO COVID19.....	19
2.1.1. PERCALÇOS DURANTE RAU+E, POTENCIALIZADOS PELA PANDEMIA	20
2.2. DISCIPLINAS E SUAS POTENCIALIDADES	22
2.3. MOBILIZA RESIDÊNCIA.....	28
3. CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR – CHS	31
3.2. CONTEXTO HISTÓRICO DO CENTRO DE SALVADOR.....	31
3.3. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	37
3.4. REGISTROS SOBRE O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO NO TERRITÓRIO	39
3.4.1. DIRETRIZES DA MOBILIZAÇÃO	43
3.4.2. DIFICULDADES DE ATUAÇÃO NA ATHIS EM TEMPOS PANDEMICOS.	45
3.4.3. ANÁLISE DAS DEMANDAS TERRITORIAIS PREVIAMENTE LEVANTADAS	47
4. ESTUDO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58

INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolvido no âmbito do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia busca descrever o processo de assistência técnica no Centro Histórico de Salvador, através do processo pelo qual chegamos às questões a serem respondidas durante o trabalho e que foram questões centrais durante todo o curso. A realização da assistência técnica em tempos de pandemia, os programas de recuperação da área do Centro Histórico de Salvador e a proposta final para o trabalho, um estudo de potencial construtivo que futuramente poderá contribuir para o fortalecimento da comunidade na área.

Importante intelectual brasileiro, o geógrafo Milton Santos, representante do pensamento livre e original da academia brasileira, em seu livro “O espaço do cidadão” aborda sobre a distribuição do espaço no Brasil (produção e organização do espaço brasileiro, baseada no modelo capitalista), a “cidadania exercida” pelo homem e apresenta uma realidade social brasileira. “Há cidadãos neste país?” Uma frase forte e de efeito, utilizado por Milton Santos para dar início a sua obra, cujo objetivo é provocar inquietação, para que possamos observar o nosso suposto “progresso” tão clamado no hino nacional. É possível exercer os direitos sociais e políticos em um país cujo modelo econômico é um sistema que enriquece poucos em cima de muitos? A economia dita às regras e se torna para os países pobres referência, que ficam submissos nesse jogo de gato e rato. “Ser cidadão é ter direito à liberdade, à propriedade, à vida, à igualdade perante a lei, ou seja, ter direitos civis.

Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à moradia, à educação, ao trabalho justo, à saúde, entre outros. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática. Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país”. A cidadania brasileira está relacionada com o indivíduo que está ligado aos direitos e deveres que

estão definidos na Constituição, onde, em seus artigos 5º e 6º estabelece os deveres e direitos do cidadão. Milton evidencia em sua obra que o espaço é um local que dissemina desigualdades, onde parece estar povoado por não cidadãos, pois a política que deveria focar no social, na população ao seu entorno, atende a interesses do mercado. Nesse caso, muitos fixos são inseridos no território por empresas e pelo Estado, mas para quem será o retorno econômico desses investimentos? Podemos observar isso no que nos remete a uma reflexão acerca da sociedade que vivemos, o descaso do governo naquilo que é público que deveria funcionar de forma honesta e justa para população carente.

O art. 182 da Constituição Federal, afirma que a política de desenvolvimento urbano municipal tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, desse modo, garantir o bem-estar de seus habitantes.

A função social da cidade e da propriedade urbana é definida pela Carta Mundial pelo Direito à Cidade da seguinte forma:

[...] assumir a realização de projetos e investimentos em benefício da comunidade urbana no seu conjunto, dentro de critérios de equidade distributiva, complementaridade econômica, respeito à cultura e sustentabilidade ecológica para garantir o bem estar de todos os habitantes, em harmonia com a natureza, para hoje e para as futuras gerações.

Então, a redução das desigualdades sociais é um dos desenvolvimentos das funções sociais, bem como a promoção da justiça social e a melhoria da qualidade urbana. E um dos direitos fundamentais do cidadão é a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Entretanto mesmo que a legislação brasileira em diferentes níveis governamentais, preveja o reconhecimento de direitos, estabeleça necessidades de justiça habitacionais, os estabelecimento de órgãos governamentais que se “dedicam” a implementar políticas regularizem as ilegalidades de uso e ocupação do solo, identifica-se inúmeros assentamentos em condições de irregularidades, sem solucionar os problemas habitacionais.

A igualdade desempenha uma função relevante aos fundamentos que norteiam as políticas públicas de inclusão social, visando, por exemplo, à

erradicação da miséria e da pobreza, condições de habitabilidade, pra propor dignidade às pessoas. Contudo, no cotidiano, trazendo para o contexto de Salvador, mais precisamente Santa Luzia e Centro Histórico de Salvador – CHS, que são duas localidades diferentes, mas que vivem sob o mesmo contexto de bairros socialmente periféricos, é presente inúmeros casos de desigualdades, diferenciação racial e insulto à liberdade dos indivíduos. Teoricamente a previsão e garantia existe, mas não são praticados, muitos têm pouco e poucos têm muito. A concentração de renda impede que grande parcela da população desfrute dos seus direitos universalmente reconhecidos e constitucionalmente assegurados. As distintas formas de inserção social, econômica e política entre a população possibilita a análise dos processos de segregação e desigualdades fundadas nas percepções da sociedade onde as políticas públicas priorizam determinadas localidades.

Compreendendo que o processo de assistência técnica é extremamente complexo e que o Direito à Cidade não é igual a todos, é preciso pensar a partir das diferenças e gerar uma interlocução com trocas e negociações mútuas. O Direito à Cidade de Lefèbvre, parte de uma visão Marxista, defendendo a primazia do uso e consumo do espaço em pequenas porções, mas viabilizando para todos. O Direito à Cidade nas pautas urbanas é muito mais reduzido e instrumentalizado que a noção de Lefèbvre. O direito a cidade não deve ser pensada apenas para a cidade, mas sim à terra toda.

A assistência técnica popular é de extrema importância, agindo na busca de direitos, mas não se restringindo a eles. As pesquisas devem ser sempre feitas com extensão, pois a Assessoria precisa da práxis, ir para além da teoria e fazer com que esta vire prática. Com isso, salientamos a importância da RAU+E fundamentalmente para melhor formação de profissionais nas lutas dos direitos e do seu espaço, nossas cidades e territórios são muito mais do que os estereótipos que impõem sobre elas. Nesse contexto pandêmico, dado que as medidas emergenciais pouco são realizadas pelos governos, uma participação importante acontecendo é o das universidades que vem buscando ajudar algumas comunidades, desempenhando seu papel social.

O trabalho de ATHIS em meio à pandemia envolve trabalho remoto, com o intuito de proteger tanto os profissionais e estudantes que prestam a assessoria, bem como os moradores das comunidades assistidas, instrumentalizada por meio das tecnologias da informação e comunicação, para viabilizar e dar garantia há aqueles que mais precisam, dentro das condições mais adequadas. É visto como uma área fundamental para o enfrentamento à pandemia, instituindo uma leitura do território em geral e suas potencialidades, elaborando Planos de Contingências, fazendo o diálogo entre sociedade e Estado. Mas é fato que a pandemia acentuou as desigualdades sociais e a ATHIS se faz necessária in loco, com a presença no território, atendendo as necessidades emergentes e de subsistência da população, principalmente aquelas que vivem em vulnerabilidade social, que não possuem condições básicas para sobreviver. A assistência remota apresenta baixos índices de produtividade, ainda que necessária.

Esperamos, portanto, contribuir e propor no sentido de explorar novos campos para a assistência técnica, além de entender os subsídios necessários para o apoio de novas ideias no campo da arquitetura e urbanismo, que poderão se desdobrar em territórios mais saudáveis do ponto de vista ambiental, mas também em outras escalas, como a econômica e social.

Desta forma, além de propor a descrição do processo de Assistência Técnica na área de Centro Histórico de Salvador durante o curso de Especialização na RAU+E, buscamos contribuir com um estudo de potencial construtivo para a comunidade e futuras turmas da residência, ressaltando que este estudo poderá ser um pontapé inicial para novas ideias e propostas a serem realizadas na área.

1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O processo de urbanização no Brasil se deu tardiamente, entretanto as mudanças ocorridas advindas desse decurso foram inúmeras, a começar pela intensificação do êxodo rural no século XX, o inchaço urbano, fomentado pelo acréscimo de pessoas nas cidades, e a insuficiência de infraestrutura, causa problemas para a população urbana, dentre eles destacam-se questões

voltadas à moradia e a exclusão social. Com a urbanização surge a necessidade do neopositivismo, para que as políticas pudessem ser empregadas nas regiões de forma mais detalhada e mais acelerada, aplicada ao planejamento. Desde o final da década de 1960, a concepção e os modos de atuar na cidade sofreram mudanças. A precisão de integrar as políticas públicas, a participação popular na gestão no direito coletivo a cidade e a moradia, embasa a indispensabilidade da ATHIS.

A Lei Federal 11.888, conhecida como a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, aprovada no ano de 2008, assegura o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social, possibilitando o envolvimento desses profissionais na busca por uma melhor qualidade de vida para uma parcela da população que vive em condições de precariedade, é a determinação da defesa da cidadania e remodelam os mecanismos assistencialistas. Agem mutuamente com a política social e atua em distintos segmentos da sociedade na busca de justiça social. Viabilizando o atendimento de uma totalidade de dedicações voltadas para as necessidades sociais básicas e não apenas para remediar privações mínimas como um sistema contributivo e, instituiu canais de participação e diálogo entre a população e o Estado na tentativa de implementar processos contínuos, integrados levando autonomia e autogestão para a população.

A Reforma Urbana brasileira teve em seu trajeto momentos de progresso social, político e econômico, com reivindicações na reestruturação do Direito a Cidade que veio muito antes da aplicabilidade da ATHIS. Desde 1980 inúmeros profissionais, principalmente Arquitetos e Urbanistas se organizam em instituições tituladas como Assessorias Técnica com o objetivo de dar bases para sustentação a projetos de Habitação de Interesse Social – HIS, viabilizando a realização de projetos habitacionais, com métodos participativos entre a sociedade civil, os movimentos sociais de moradia e a associação de moradores, dando-lhes autonomia.

Ao longo dos anos 2000 inúmeros instrumentos foram regulamentados no intuito de assegurar direitos básicos para famílias de baixa renda voltadas para ampliação do direito social à moradia. Em 2001 foi aprovada a Lei Federal

10.257/2001(Estatuto da Cidade) para viabilizar e regulamentar os mecanismos de política urbana da Constituição Federal de 1988. Posteriormente foi incorporada uma serie de políticas públicas voltada para habitação no Brasil, conforme o quadro.

Síntese das Políticas Públicas Habitacionais Brasileiras – 2003 a 2016

Período	Aspectos Urbanos e Habitação	Aspectos Políticos	Aspectos Econômicos e Sociais	Atuação pública nas cidades	Aspectos civis, acadêmicos, científicos
2003-2010	<p>Criação do Ministério das Cidades (2003), das Conferências da Cidade e do Conselho das cidades</p> <p>Criação do Sistema Nacional de Habitação; assim como a aprovação do projeto de Lei que instituiu o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) (2005)</p> <p>Plano Nacional de Habitação PLANHAB (2008)</p> <p>A Lei Federal 11.888 Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS (2008)</p> <p>Criação do Programa Minha Casa Minha Vida (2009)</p>	<p>Brasil reforçou laços políticos e comerciais no cenário internacional</p> <p>Mensalão – Pior aspecto do governo, sucessivos escândalos políticos; operação Sangue suga</p> <p>Aumento da percepção da corrupção</p>	<p>Consolidação do plano Real e conseqüente diminuição da inflação</p> <p>Aumento do PIB do 12º - 8º</p> <p>Redistribuição de renda; programas sociais como Bolsa Família e Fome Zero</p> <p>Aumento dos empregos formais e do salário mínimo R\$200,00 (2002), - R\$510,00 (2010)</p> <p>Criação do PAC; Reforma agrária; Plano SAFRA</p> <p>Aumento de investimento na cultura 276 milhões - 3,27 bilhões</p> <p>Investimento no Pre-Sal</p>	<p>Início novas grandes obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas)</p> <p>Aumento do protagonismo civil com a companhia Plano Diretor participativo: Cidade de todos.</p> <p>Aprovação da Lei 11.447/2007 que estabeleceu a Política Nacional de Saneamento Ambiental (2007).</p> <p>Luz para Todos</p> <p>Criação das UPAs</p>	<p>Criação do PROUNI, lei de cotas, FIES</p> <p>Descentralização das universidades públicas (REUNI)</p> <p>Criação do programa nacional de promoção da cidadania e da diversidade cultural.</p> <p>Criação da secretaria de políticas para as mulheres e da secretaria de políticas de promoção da igualdade racial.</p> <p>Aprovação da Lei Maria da Penha</p> <p>Implantação do programa Brasil sem homofobia, da coordenação geral dos direitos LGBT e do conselho nacional de combate à discriminação LGBT.</p>
	2011-2015	<p>O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) atingiu a marca de 1,7 milhão de moradias entregues.</p> <p>O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) financiou 529,8 mil moradias só em 2013. O Financiamento Habitacional contratou 62% a mais do que o previsto entre 2011 e 2014.</p>	<p>Primeira mulher a presidir o país</p> <p>Criação da Comissão da Verdade para investigar crimes do passado</p> <p>Sofre Impeachment em 2016</p>	<p>Criação do PAC 2</p> <p>Criação do Programa mais Médicos</p> <p>Maior Investimento do SUS</p>	<p>Aprovação da Lei 12.587/2012 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012)</p> <p>Expansão do luz para todos – Água e Luz para todos</p>
2016	<p>Criação do Minha Casa Melhor</p>				

Acervo pessoal

No entanto, passado os anos, poucas são as experiências consolidadas na área. Apesar de inúmeros instrumentos, tentativas e atuações

promovidas por profissionais da área (arquitetos, urbanistas e engenheiros) junto às esferas dos poderes públicos, com intuito de divulgar, incentivar e promover ações relacionadas à Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social, não são efetivamente postos em prática pelo poder público nas cidades brasileiras. E ainda existe uma lacuna na formação acadêmica e profissional, que acaba promovendo um distanciamento técnico e político de ações voltadas para a ATHIS.

O sentido adquirido pela noção de patrimônio arquitetônico, até então apenas associada ao monumento, pouco a pouco, tende para um maior englobamento da complexidade do urbano. A transformação conceitual e prática das formas de atuação na cidade contribuíram para destacar a dinamização da relação entre as dimensões físicas e socioculturais dos contextos de intervenção. O que, em paralelo, implicou a implementação de um processo de (re)adequação do existente – em termos de usos, necessidades e imagens. E mais: a maior abrangência e profundidade de sentidos (e mesmo significados) da intervenção na cidade existente, permitiu desencadear um elaborado processo de (re)invenção do patrimônio, como tão bem tem sido salientado.

O impulso de reabilitar advém do confronto com situações urbanas em que a deficiência conjuntural (sobretudo quando reproduzida ao longo do tempo), a exclusão, as desvantagens socioculturais, espaciais e econômicas têm alguma proeminência. Mas, paralelamente, a reabilitação somente se justifica porque os contextos a intervir são detentores de recursos, ainda que não exteriorizados ou, por algum motivo, inibidos. Daí a complexidade das questões com que a reabilitação lida e que são de cunho demográfico, habitacional, organizacional, funcional, econômico, sociocultural, arquitetônico, político, urbanístico e ambiental. Nesta ótica, a par da necessária conservação do patrimônio urbano e cultural, a reabilitação objetiva a melhoria das condições de habitabilidade, a criação e requalificação de equipamentos comunitários, infraestruturas, instalações e espaços públicos, perspectivando o dinamismo social, econômico e cultural dos contextos.

O termo “habitar” vai muito além de ter somente uma habitação, uma estrutura física capaz de alojar pessoas, habitar significa também estar inserido na cidade e ter condições dignas de sobrevivência e infraestrutura, ou seja, qualidade de vida adequada. A assessoria e a assistência técnica compreendem as relações sociais como uma estrutura de grande dimensão, que incorpora muitos outros elementos no que diz respeito à defesa dos direitos humanos e a luta por equidade e justiça social. Interpela a representação de resistência da luta de classe, expõe demandas sociais que afetam direta ou indiretamente a sociedade resultante do sistema capitalista e redireciona à política social de habitação, buscando assegurar a proteção social em defesa da cidadania contra toda forma de opressão. Constata-se a necessidade de estratégias e ações específicas e Inter setoriais destinadas às periferias urbanas e populações vulneráveis, em articulação com lideranças locais e movimentos sociais, e com especialistas de saúde, saneamento, habitação, educação e agências governamentais. A urgência ao direito a cidade está associado ao conflito social no planejamento urbano.

2. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA – RAU+E

Novos espaços de poder são constituídos e partilhados resultando no comprometimento e engajamento de todos os envolvidos. Consequentemente, a participação se fortalece com um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais em uma entrelaçada rede de apoio e colaboração que estimula parcerias e fortalece laços de confiança. Assim a participação popular nos deve ocorrer com o uso de diversos instrumentos de controle social, a exemplo, com a realização de reuniões para debate de políticas públicas municipais e fortalecimento dessas raízes para uma adequação a um futuro projeto municipal. Para tal acontecimento, visa-se protagonizar mudanças de paradigmas oferecendo atividades iniciais para aproximar as faces dos dois lados e propor ações que futuramente possam ser analisadas e implementadas pelo município.

Essas são práticas que norteiam a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – RAU+E. A Assistência Técnica incorporada na Universidade Federal da Bahia – UFBA, implantada em 2011, como pós-graduação lato sensu permanente, curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Teve como inspiração as residências consolidadas na área de saúde. Abrange diferentes níveis de formação profissional, diferentes instâncias sociais, além de promover a incorporação de ideias e práticas que seguem isoladas das discussões aos profissionais desse campo de atuação, nas periferias e pequenos municípios, como forma de ampliar o direito à moradia digna, com base na Lei Federal. Lei nº. 10.257/2001 do Estatuto da Cidade e na Lei Federal nº 11.888/2008 de Assistência Técnica Pública e Gratuita para habitação de Interesse Social.

De acordo com os últimos dados da RAU+E de 2018, 73 profissionais foram capacitados e seus projetos foram repassados para 24 comunidades na Região Metropolitana de Salvador e cidades das universidades nucleadas (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade de Brasília – UNB, Universidade Federal de Pelotas – UFPel e, Universidade Federal do Ceará – UFCE). Atualmente, na sua 4ª edição 2020/22 esse quantitativo aumentará com a conclusão da formação de novos profissionais e, com a incorporação de novas comunidades assistidas. Hoje, conta com um total de 54 professores (24 permanentes – integrantes da UFBA, 8 colaboradores com vínculo UFBA, 13 colaboradores sem vínculo UFBA, 7 nucleados e 2 visitantes).

Sendo a assistência técnica uma ferramenta no apoio à luta de moradia e permanência em territórios de vulnerabilidade social. Se considerarmos o papel da infraestrutura urbana nas áreas, perceberemos que ela será importante na redução das crescentes desigualdades que nos são apresentadas. Ou seja, a infraestrutura de determinado lugar é um dos principais fatores para o acesso das comunidades, do abastecimento de água e energia elétrica a uma simples calçada.

A RAU+E busca assim avançar na compreensão do espaço, de sua historicidade e de sua relação dialética com a sociedade, atribuindo significado social, entendendo que a discussão ainda é longa e é preciso politizar o debate

por diferentes bases, e que o arquiteto e urbanista, além dos profissionais de outras áreas, precisam ampliar o seu local de fala e participar ativamente da construção da cidade e de suas moradias para que se tenham melhores lugares e espaços, a fim de garantir qualidade de vida para a população menos favorecida socialmente.

2.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E O DESTANCIAMENTO SOCIAL – PANDEMIA DO COVID19

A edição da Residência que inicialmente seria de 2020 a 2021 precisou passar por inúmeras adaptações devido à pandemia do covid19. Além de o período ter se estendido por um pouco mais de um ano, houve modificações nas disciplinas e nas formas de atuar com a ATHIS. Anterior a paralização das atividades presenciais para dar início ao desenvolvimento na modalidade remota, tivemos de 3 a 4 encontros em presença, sendo dois deles voltados para atividades de acolhimento e aproximação dos residentes e professores.

A ATHIS atende as demandas e observam a real necessidade dos usuários quando relaciona as questões sociais que a população esta inserida, uma vez que os consideram como profissionais capazes de entender as subjetividades do sujeito, compreendendo a realidade social como uma totalidade de diferentes determinantes. A RAU+E Tem uma forte contribuição na construção do sujeito enquanto ser participativo e ativo na comunidade, quando proporciona o protagonismo, a inclusão e empoderamento social no enfrentamento ao sistema desigual, quando atribui maior competência e autogestão e incentiva a busca pelos direitos de cidadão. À luz dos percalços recorrente ao contexto pandêmico, o profissional do ATHIS ainda precisa lidar com questões políticas que visam o capital e que acentua as desigualdades sociais, não dão autonomia aos profissionais.

É perceptível a intensificação das emergências socioambientais durante a pandemia, a exemplo da escassez e da pobreza. O vírus não é democrático, as áreas mais pobres das cidades são as mais afetadas e sua população, que é majoritariamente negra, são as que mais sofrem as consequências econômicas

e tem os maiores índices de contaminação pelo covid-19. Junto às comunidades quilombolas e indígenas, que vem sofrendo grande descaso por conta do racismo estrutural brasileiro. A desarticulação entre as esferas governamentais provoca instabilidade política na administração do cenário pandêmico e demonstra a situação crítica sanitária que assola o país, o que comprova a importância na busca por garantia de direitos, sem ver classe, raça, gênero e ou etnias.

Com a pandemia do covid-19 o governo federal tem prestado assistência técnica por meio do auxílio emergencial, para acesso faz-se necessário o cadastro por meio do aplicativo da Caixa Econômica Federal (o Sistema único de Assistência Social – SUAS, seria um facilitador, se utilizado). Grande parte da população apresentou dificuldade para acessar, pois um número significativo do público alvo é excluído socialmente e não possuem nenhum tipo de acesso a esses aparatos tecnológicos (exclusão digital), a exemplo dos moradores de rua, trabalhadores informais, analfabetos dentre outros grupos que vivem a margem da sociedade.

2.1.1. PERCALÇOS DURANTE RAU+E, POTENCIALIZADOS PELA PANDEMIA

Boa parte da nossa formação acadêmica no curso de especialização foi voltada para questões emergenciais dentro do contexto pandêmico, que por sua vez não deixa de ser um trabalho essencial na assessoria técnica, mas por outro lado, perde-se o foco em algumas demandas que acelerariam e facilitariam o processo com a comunidade para a realização de um trabalho mais efetivo com a população.

- ❖ O primeiro problema enfrentado para a realização do trabalho é sem dúvida o momento atual que estamos vivenciando, uma PANDEMIA de Covid-19. O que dificulta a presença em campo, reuniões presenciais, aproximação com a comunidade etc.;
- ❖ Nosso processo para a realização do trabalho já começa com alguns problemas em relação à comunidade que iríamos atuar. Inicialmente trabalharíamos com a comunidade de Santa Luzia do Lobato, localizada

no subúrbio. Fizemos duas visitas técnicas ao local, conversamos com os moradores, delimitamos algumas linhas de trabalho e trocamos informações com o líder comunitário. Por se tratar de uma comunidade sem nenhum vínculo pré-estabelecido com a UFBA, nos foi orientado e proposto à mudança de território para o CHS, o qual já existia contatos estabelecidos e trabalhos executados e em execução para que assim o nosso trabalho supostamente fosse facilitado, desse modo “entramos” tardiamente no nosso território de trabalho efetivo, o CHS;

- ❖ Contato com AMACH – Ficamos limitados, e só estabelecemos vínculos de contato com o atual diretor da AMACH, Cícero Melo. Travamos alguns entraves para chegarmos à concordância de como e com o que iríamos trabalhar. Discordâncias metodológicas; Falta de mobilização popular; Divergências sobre o projeto que seria implementado; Interesses políticos; Pouca aproximação popular etc.
- ❖ Problemas com equipamentos técnicos: uma vez que a pandemia limitou as formas presenciais de trabalho, problemas com a utilização de internet, computadores, realização da maioria dos trabalhos em home Office;
- ❖ Reuniões regulares com os tutores e problemas no entendimento sobre o que de fato seria a tutoria – Tiveram poucas reuniões com nosso tutor e ex-tutora, respectivamente – Fabio Velame e Gloria Cecilia, tanto por demanda da parte deles, como da nossa. Percebemos também que a residência, de modo geral a coordenação pedagógica não orientou de maneira incisiva sobre a tutoria, tanto para os professores postos como tutores, como para os discentes;
- ❖ Demandas acessivas por parte dos discentes, e também dos docentes uma vez que a pandemia provocou a procura por outros meios de “subsistência” – a existência de uma bolsa de estudos ajudaria em uma dedicação exclusiva às demandas da residência;

- ❖ Trabalho solto e sem ligas – a produção do trabalho caiu, e todo nosso caminho percorrido não foi “amarrado”, assim não conseguimos estabelecer durante um longo período qual seria o nosso produto “final”.

2.2. DISCIPLINAS E SUAS POTENCIALIDADES

O Direito à Cidade nas pautas urbanas é muito mais reduzido e instrumentalizado que a noção de Lefèbvre. Quando se pensa no direito não se deve limitar a cidade e sim ao espaço geográfico como um todo, à terra toda. Com a violação de direitos ao longo de tantos anos, é necessário olhar atentamente para a visão centro-periferia, onde os moradores dessas localidades são socialmente excluídos e marginalizados, como se fossem seres substituíveis. A luta pela terra, pela moradia digna envolve diversos fatores, como a luta pela educação, pela saúde, pela alimentação, dentre outros, e é aí que entra a importância da ATHIS, agindo na busca de direitos, mas não se limitando a eles, pensar na teoria, mas, sobretudo no planejamento para que esta vire prática.

Com isso, os profissionais que desejam atuar com assessoramento popular, precisam lutar pelo seu espaço e buscar formação e qualificações além da graduação (uma vez que pouco são os assuntos e debates sobre a importância do arquiteto e do urbanista na construção de sujeitos urbanos, na busca pela melhoria). É a extensão da assessoria quem faz o dialogo entre a sociedade e Estado, com presença nos territórios. A RAU+E ressalta o papel da Universidade nas comunidades, e a articulação dos movimentos sociais na luta por seus espaços de pertencimento, na busca da efetivação dos seus direitos. Além de viabilizar a capacitação profissional e cidadã para assistência técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Possui em suas atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, a promoção, participação, autonomia e autogestão, para implementar projetos pioneiros nessas áreas de atuação.

Voltada para comunidades marginalizadas, a fim de contribuir na inclusão social dessa população, fortalecendo os planos municipais e estaduais

de habitação, apoiando elaboração de projetos em consórcios municipais, fortalecendo as comunidades e municípios que demandam financiamento de projetos, elaborando projetos para fomentar as demandas dentre outros. Capacitando os profissionais através de sua estrutura acadêmica distribuídos entre disciplinas teórico-práticas, atividade prática de extensão e trabalho final. As atividades são distribuídas em três semestres letivos sequenciais, mas que devido à pandemia do covid-19 sofreu algumas alterações em sua grade curricular (adaptações para que a realização do curso fosse mantida, ainda que toda em formato on-line, acordada com as diretrizes da OMS) assim houve extensão no tempo letivo do curso.

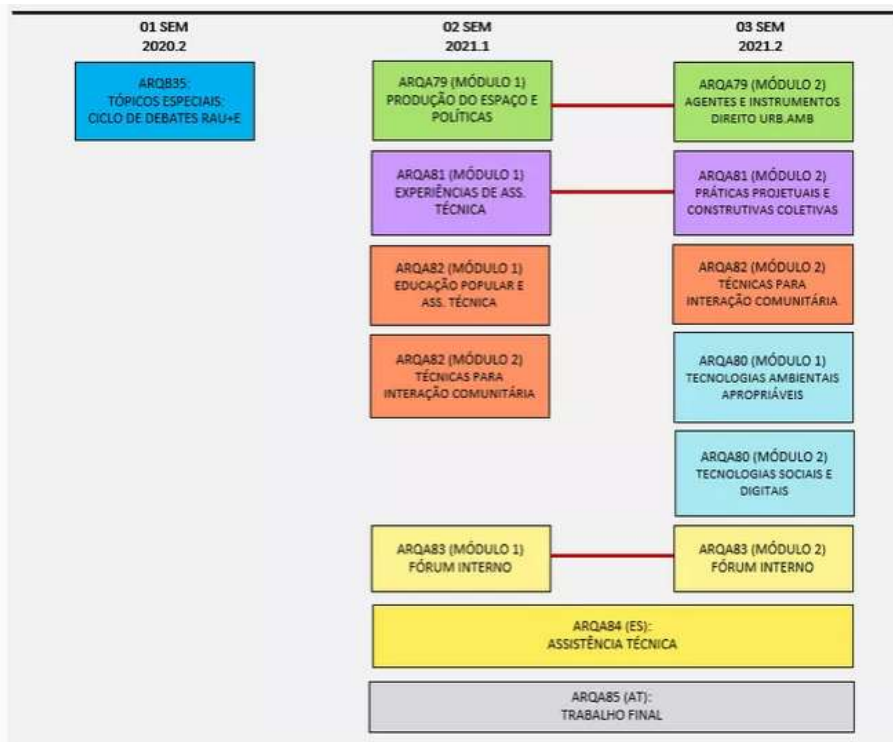
Em sequencia observam-se nas imagens abaixo, as mudanças ocasionadas pela pandemia, estratégias desenvolvidas para que não compromettesse o andamento da pós-graduação, na tentativa de manter seus componentes curriculares no mesmo nível das edições anteriores que possuiu formato presencial.

Quadro das Matrizes Curriculares – Antes da Pandemia

Componentes curriculares	1º semestre	2º semestre	3º semestre
ARQA79 Produção do Espaço, políticas urbanas e Direito à Cidade (OB) (68h)	Módulo 1 (34h)	Módulo 2 (34h)	---
ARQA80 Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente (OB) (68h)	---	Módulo 1 e 2 (68h)	---
ARQA81 Planej. e Proj. de Arquit., Urbanismo e Engenharia (OB) (68h)	Módulo 1 (34h)	Módulo 2 (34h)	---
ARQA82 Metodologia e Técnicas para projetos participativos (OB) (68h)	Módulo 1 e 2 (68h)		---
ARQA83 Seminários Temáticos (AT) (68h)	Módulo 1 - Fórum Interno (34h)	Módulo 2 - Fórum Interno (34h)	---
ARQA84 Atividade Prática de Extensão/ Residência Profissional (ES) (840h)	---	Módulo 1- Assistência Técnica (420h)	Módulo 2- Assistência Técnica (420h)
ARQA85 Trabalho Final de Curso (AT) (102h)	---	Módulo 1 (34h)	Módulo 2 (68h)
ARQ XXX Tópicos Especiais (68h)	Módulo 1 (34h)	Módulo 2 (34h)	---

Fonte: <https://residencia-aue.ufba.br>

Quadro das Matrizes Curriculares – Durante a Pandemia



Fonte: <https://residencia-aue.ufba.br>

ARQB35 – Tópicos Especiais: Ciclo de Debates RAU+E

A disciplina de tópicos especiais é considerada como um estudo extra curricular, pois ela surge logo após as atividades presenciais serem suspensas e os rumos estarem incertos. Foi uma alternativa encontrada para dar continuidade (na verdade início) ao que iríamos encontrar ao longo do semestre. O ciclo de debates contava com a participação de inúmeros convidados, profissionais de diversas áreas a representantes comunitários que relatavam suas experiências no âmbito do seu cotidiano, bem como pensamentos críticos sobre a falta de estudos contínuos e temáticas importantes que não são discutidas no campo da ATHIS. Composto por oito mesas que abordavam temáticas distintas e que traziam inúmeras reflexões: 1ª Mesa: “Direito à cidade na encruzilhada: perspectivas críticas para assessoria e assistência técnica no Brasil contemporâneo”; 2ª Mesa: “ZEIS costeiras nordestinas: lutas históricas e desafios contemporâneos”; 3ª Mesa: “Desigualdades socioespaciais, racismos, emergências ambientais, saúde pública em tempos de pandemia”; 4ª Mesa: “Experiências de assistência e

assessoria técnica no contexto da pandemia”; 5ª Mesa: “Arranjos, diversidades e disputas contemporâneas: inovações do campo de atuação em assistência e assessoria técnica”; 6ª Mesa: “Arranjos, diversidades e disputas contemporâneas: renovações do campo de atuação em assistência e assessoria técnica”; 7ª Mesa: “Entre conceitos e práticas: assistência, assessoria, extensão”; e 8ª Mesa: “Horizontes da ação conjunta: movimentos, comunidades, assessorias”.

ARQ79 – Módulo 1: Produção do Espaço e Políticas Urbana e Direito à Cidade

Nesse módulo foram trazidas diversas discussões sobre a ATHIS como um instrumento de política pública, e não um substitutivo. Com contribuições de Ângela Gordilho e Teresa do Espírito Santo. Abordaram temáticas como a perspectiva teórica de viés marxista, a exemplo de assuntos ligados ao Direito à Cidade de Lefèbvre, que parte de uma visão Marxista, defendendo a primazia do uso e consumir o espaço em pequenas porções, mas viabilizando para todos; além disso relacionaram o mercado, o Estado e o Trabalho; Explanaram sobre a apropriação social e coletiva; apresentaram os conceitos de utopia, distopia e mesotopia; embasamento teórico sobre o internacional, o nacional e local; trouxeram autores importantes como Ermínia Maricato no Br Cidades.

Além de muitas outras contribuições ao longo das aulas, como o materialismo dialético; análises importantes sobre a classe operaria torna-se não apenas o único meio de transformação da realidade, mas da questão urbana da cidade – necessidades individuais e coletivas; sobre recuperar a cidade como espaço público, Carlos Vainer; Trouxe Raquel Rolnik com o seu livro espetacular “Guerra de lugares”, onde discorre sobre o setor financeiro conseguir penetrar na produção das moradias; dentre tantas outras contribuições (muitas das abordagens postas no corpo desse trabalho).

ARQA81 – Módulo 1: Experiências de Assistência Técnica

ARQA81 – Módulo 2: Práticas Projetuais e Construtivas Coletivas

A começar falando sobre a arquitetura e participação – Ícaro Vilaça; das experiências críticas e alternativas pioneiras aos mutirões autogeridos Manifesto do mofo contra o racionalismo em Arquitetura – Hundertwasser, críticas ao modernismo: Hundertwasser, Situacionistas, Jane Jacobs; Expo “Arquitetura sem arquitetos” (MoMa); discussões a partir de autores como: Bernard Rudofsky – 1964, Carlos Nelson dos Santos – “ Quando a rua vira casa”; debates ricos sobre: A assistência técnica aparece mais próxima de um sentido de legalidade (Estatuto da Cidade e outras políticas urbanas), que diferente da assessoria, como termo – prática, que surge outras – situou os estudos de caso nos contextos históricos e políticos onde estão inseridos – alusão crítica “as vacas têm para onde ir, o povo do piquiá não: o reassentamento do piquiá de baixo e os caminhos do desenvolvimento brasileiro”; Usina CTAH em parceira com a Rede Justiça nos Trilhos; PNH – Política Nacional de Habitação; discussão a cerca de processos de projeto como construção de autonomia – busca/horizonte, dentre outras temáticas.

ARQA82 – Módulo 1: Educação Popular e Assistência Técnica

ARQA82 – Módulo 2: Técnicas para Interação Comunitária

Traz em seu conteúdo, temáticas sobre a educação popular, a educação social e a educação comunitária, uma construção, produção das relações sociais, contanto que as condições objetivas e subjetivas sejam postas, cada um aprende de acordo com sua realidade que esta associada a uma serie de questões e determinantes que o sujeito esta inserido; aborda produções textuais: As metodologias integrativas como caminho na ampliação da esfera pública, que trás reflexões a cerca de aqueles cujo acervo à instituição e educação foi praticamente negado, quais serão as suas reais possibilidades de participação?; Indagações, de como formar a linguagem do arquiteto-urbanista acessível à população e as comunidades? Quais ferramentas, instrumentos, linguagens?– A importância da linguagem, exemplo: uso de linguagem coloquial/popular para a população menos favorecida ter acesso e entendimento da informação; em contexto pandêmico ressaltou medidas de

segurança de combate ao covid-19, que usam termos estrangeiros como “lockdown” e dificulta o entendimento (discussões que foram postas em prática, anteriormente nas atuações do mobiliza)

A Professora Paula Moreira, trouxe o debate: a criatividade (intuição) é capaz de criar metodologias de Valeria Grannelha e o uso de vários textos para compor o debate: Educação popular, Educação Social, Educação Comunitária (GADOTTI, ZOR), Consciência Urbanística, Ética (SANTANA; PENA, 2012), Educação popular, Educação Social, Educação Comunitária (GADOTTI, ZOR), Conceitos e práticas diversas, estudos por uma causa comum – Moacir Gadotti, dentre outras contribuições que vão surgindo ao longo o módulo, como campo demográfico e popular – Educação Popular; Educação Social; Educação Comunitária – Visão Emancipatória è Coisa comum: “outro mundo possível”; Educação Formal, Informal, Não formal, dentre tantos outros que trazem o conceito da educação engajada que incorpora o protagonismo da sociedade civil.

ARQA80 – Módulo 1: Tecnologias Ambientais Apropriáveis

ARQA80 – Módulo 2: Tecnologias Sociais e Digitais

Assuntos importantíssimos sobre mobilidade sustentável, através da ótica de Salvador, a geografia topografia da cidade que é um desafio, onde a dualidade acaba sendo uma barreira e necessita de modais de transportes adequados para supera-los, a exemplo dos transportes verticais; trouxe autores como Vasconcellos, 1996 que trás o conceito de microacessibilidade – transporte urbano, espaço e equidade; questões sobre a tecnologia ser a resposta, de Credic Price – inescapabilidade das favelas; projetos e tipologias arquitetônicas críticos ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, remover ou reabitar; Geoprocessamento e Geotecnologia, dentre outros assuntos de bases cartográfica e sistêmica; PAC e acordos ambientais [...].

ARQA83 – Módulo 1 e Módulo 2: Fórum Interno

Trouxe questões sobre a racialização dos territórios; discussões sobre as ZEIS; parcerias e atuações da especulação imobiliária e o Estado; Limiares entre o urbano e o rural; além de propor e trazer a proximidade com os ex-residentes que atuaram nas comunidades; diálogos com as comunidades sobre as demandas e a possibilidade de mobilização, dentre outros assuntos desenvolvidos ao longo dos módulos.

2.3. MOBILIZA RESIDÊNCIA

O Mobiliza RAU+E, também conhecido como Mobiliza Residência, surgiu no início de março de 2020, da iniciativa dos alunos e professores que tinham interesse em dar continuidade aos propósitos da Pós-Graduação em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, com a perspectiva de atuar com assessoria técnica por meio de intervenções e ações em escala local e emergenciais relacionadas ao combate à Covid-19 na cidade de Salvador. Assim, pensamos em como poderíamos realizar um enfrentamento aos impactos da Covid-19 de maneira responsável, com medidas a curto e longo prazo. Priorizando iniciativas que pudessem dar continuidade pós pandemia, considerando o fato de que as consequências deste contexto pandêmico não irão simplesmente desaparecer, principalmente em localidades periféricas e que sofrem vulnerabilidade social.

O projeto conta com a parceria da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Grupos de pesquisa da FAUFBA, Lugar Comum, LabHabitar e Etnicidades; Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Conselhos de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia (CAU/BA) e a ONG Habitat Brasil

Inicialmente separamos 3 grupos de trabalho: O GT1 – grupo de informação, comunicação e mídias, responsáveis por procurar informações sobre o Covid-19; O GT2 – grupo de propostas, intervenções, ações na escala local e emergencial, responsáveis por mapear, sistematizar informações/demandas e ações com agentes sociais. O GT3 – grupo de propostas,

recomendações na escala da cidade, gestão e políticas. O GT4 – grupo de gerenciamento de dados surgiu em meados de junho, responsáveis pelo mapeamento de todas as atividades realizadas e manipulação dos dados gerados pelo Mobiliza;

Ações: Protótipos de pontos de higienização; Cartilha de prevenção de COVID; manifesto de direito à água e a segurança sanitária em Salvador; realização de cartazes, cards, imãs e cartilhas informativas; atuação na mídia – entrevistas (parceria com a coletiva trama); arrecadação e doação de cestas básicas, dentre outros.

O Coletivo Trama vem com a campanha do “Xô Corona”. Estabeleceu uma parceria com o Mobiliza RAU+E que produziu identidades visuais, comunicações virtuais, levantamento de informações através de aplicação de formulários. Produção de inúmeros materiais gráficos de acordo com as necessidades da população nesse contexto da pandemia. O Trama envolveu-se mais com o trabalho de comunicação, buscando entender como funciona o covid e outros problemas, a exemplo da dengue e chingunya na cidade de Salvador passando as informações de forma simples, com gírias locais para facilitar o entendimento, e combatendo as fakes News.

Na prática foi o nosso primeiro contato com a ATHIS, ainda que a maioria dos trabalhos executados tenham sido emergenciais, alguns deles serão levados para vida – tanto para os profissionais, como para população, além de servirem como reflexão. A ATHIS atende as demandas e observam a real necessidade dos usuários quando relaciona as questões sociais que a população esta inserida, uma vez que os consideram como profissionais capazes de entender as subjetividades do sujeito, compreendendo a realidade social como uma totalidade de diferentes determinantes. Tem uma forte contribuição na construção do sujeito enquanto ser participativo e ativo na comunidade, quando proporciona o protagonismo, a inclusão e empoderamento social no enfrentamento ao sistema desigual, quando atribui maior competência e autogestão e incentiva a busca pelos direitos de cidadão. À luz dos percalços recorrente ao contexto pandêmico, o profissional do ATHIS

ainda precisa lidar com questões políticas que visam o capital e que acentua as desigualdades sociais, não dão autonomia aos profissionais.

3. CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR – CHS

Compreendendo que o processo de assistência técnica é extremamente complexo, sobretudo por atuarmos junto a territórios já consolidados, como é o caso da ocupação no CHS, onde a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador – AMACH, luta há anos pelo direito à permanência nesta importante área da cidade de Salvador, através da ampliação da ideia de novos conceitos e ideias, buscamos aplicar em áreas já estabelecidas, novas propostas, como por exemplo, aliar a infraestrutura urbana aos caminhos para a sustentabilidade e infraestrutura verde a partir da assistência técnica. E mais do que propor, a ideia é conservar e desenvolver, com o intuito de reverter o processo de degradação do tecido edificado; os interesses ligados ao mercado imobiliário e que se colocam em termos da oferta e procura.

É fundamental considerar que a intervenção urbana não necessariamente significa a substituição de uns modelos por outros. Mas muito mais o acompanhamento das lógicas e processos sociais que dão forma a cidade para, assim, viabilizar a criação de mecanismos que possam dinamizar o território urbano na sua globalidade. Esses conceitos permeiam todo o trabalho, uma vez que compreendemos que a assistência técnica surge como o caminho de possibilidade de todos estes outros temas: infraestrutura urbana, sustentabilidade e infraestrutura verde. Cientes de que exploraremos no decorrer do trabalho o relato do que tem sido explorar novas ideias em território já consolidado, mas antes traremos o contexto histórico e como se deu o programa de recuperação CHS.

3.2. CONTEXTO HISTÓRICO DO CENTRO DE SALVADOR

O Centro Histórico de Salvador é uma área localizada entre os bairros do Centro Antigo da cidade, compreendida em 6,45 km² de território e corresponde à área de proteção rigorosa registrada pela Prefeitura Municipal

também como área residencial da população nobre da cidade e a Cidade Baixa que foi expandindo como núcleo comercial, sendo durante maior parte do tempo um dos mais importantes portos da América.

Autores como Fernandes (1999), Nobre (2003), Pinheiro (2008), Braga (2008) e Mourad (2011), ressaltam que a segregação socioespacial em Salvador inicia a partir das movimentações de deslocamento da população mais privilegiada economicamente para áreas até então sem ocupação tradicional, para onde a cidade passa a se expandir posteriormente, a exemplo das até então rurais da cidade em direção ao Norte. Neste contexto, de acordo com Peres (1974) surgem as reformas urbanas do período de 1912 a 1916, que para o autor é um marco neste sentido, com princípios de “embelezamento” e na ideia de dar cara a uma nova estrutura de cidade, o autor ainda cita que “a orientação nesta época era de demolir o passado, derrubando o antigo casario e monumentos, abrir avenidas, e conquistar espaços ao mar”. (PERES, 1974, p. 37).

As intervenções da elite na cidade passaram a ser uma ideia durante todo o século XX, com princípios de cidade europeizada e branca. Neste contexto, Mourad (2011) destaca a construção da Avenida Sete de Setembro ligando o Centro de Salvador aos até então distritos da Vitória e da Barra – que acolheram principalmente os comerciantes estrangeiros, sendo hoje, principalmente a moradia das classes médias em Salvador. Estas intervenções passaram a causar a expulsão da população com menos poder econômico. Leite (1996, p. 69) destaca que:

“a falta de habitações e a alta dos aluguéis, preocupações que atormentavam a vida de muitas famílias [...] fatos denunciados com insistência, visto o ônus que passaram a representar no orçamento doméstico das classes populares e média baixa. Vários meses passados de remodelação, afirmavam-se taxativamente nos jornais que há quase dois anos que o povo não tem onde morar”. (A Tarde, 21/08/1913, apud Leite, 1996, p. 69-70 e Mourad, 2011).

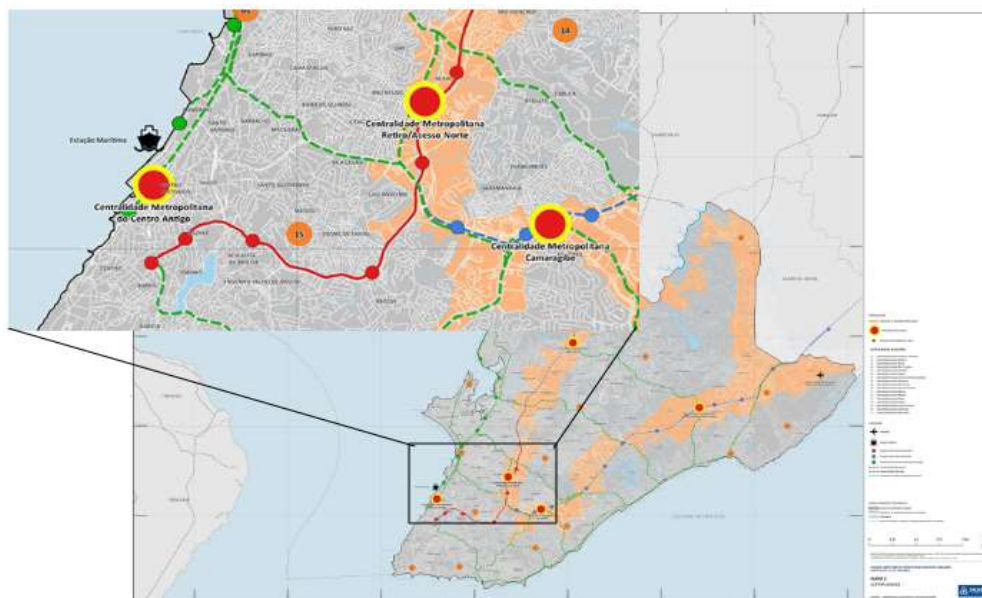
Neste mesmo sentido, Pinheiro (2002) afirma que:

“as intervenções introduzem outras formas de exclusão social, tais como a diversidade de tratamento quanto à implantação de infraestrutura nas áreas novas e nas antigas, essas últimas em processo de degradação. O custo dos aluguéis também define a permanência ou a expulsão da população dos seus locais de residência, pois o aumento do valor, nas áreas reformadas, leva a população de baixa renda a buscar habitações cada vez mais baratas e, portanto, mais insalubres, com péssimas condições de habitabilidade”. (Pinheiro, 2002, p. 257).

Ainda no sentido das transformações responsáveis por impactar diretamente o Centro Antigo de Salvador, Fernandes (2008) destaca que o modelo de expansão urbana adotado e com base na lógica de cidade industrial e metropolitana acabou por acelerar ainda mais o processo de crescimento da área central da cidade, fazendo com que durante determinados períodos o centro perdesse protagonismo do ponto de vista econômico em Salvador, como por exemplo, na década de 1970 com o deslocamento de funções incentivadas por empreendimentos públicos e privados, a exemplo do Centro Administrativo da Bahia (CAB), o Shopping Iguatemi, Avenida Luiz Viana (Paralela) e o Terminal Rodoviário de Salvador, criando uma nova centralidade e contribuindo para o impacto e decadência do centro antigo.

Neste período é possível observar que a nova centralidade – Iguatemi – passa a concentrar um ritmo de crescimento demográfico e de funções, com a implantação do shopping e do terminal rodoviário, a área passa a poder de atração, a exemplo de escritórios, lojas e dos mais diversos equipamentos urbanos. Para exemplificar, a Figura abaixo nos mostra as atuais Centralidades de Salvador constantes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, do ano de 2016, com destaque para as Centralidades Metropolitanas do Centro Antigo, Centralidade Metropolitana Camaragibe – Iguatemi – e Centralidade Metropolitana Retiro/Acesso Norte – que também pode ser considerada como “descendente” da Centralidade do Iguatemi.

Centralidades PDDU – 2016



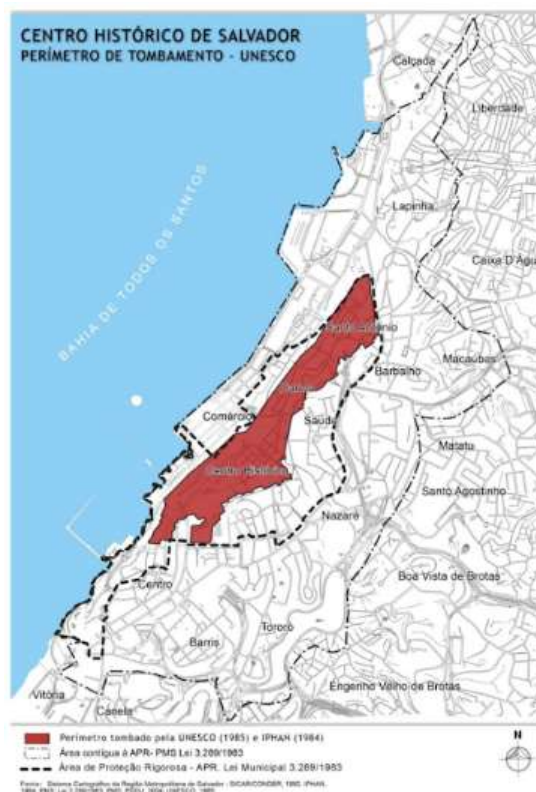
Fonte: PMS (2016) – Editado

Após entendermos todo o processo pelo qual passou o Centro Histórico de Salvador, passamos a compreender os processos atuais, que ocorrem de maneira muito semelhante. Neste sentido, compreendemos que a lógica utilizada nestas intervenções urbanas da primeira às mais atuais que citaremos no decorrer do trabalho, possui bases marcadas pela mercantilização cultural e da exploração do turismo, na medida em que o Centro passa por um período de ostracismo e volta a ter atenção em determinados períodos da história, a exemplo dos períodos marcados pelas intervenções e da instituição de políticas de preservação de patrimônios.

Nesse contexto Sant'Anna (2004) destaca que em 1969 foi elaborado pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia o Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho, contendo projetos que visavam a refuncionalização da área preservada do centro para fins turísticos e visando a um novo gás para o setor terciário. Porém, Bomfim (1994) destaca que as intervenções realizadas nestes períodos não conseguiram reverter os processos de esvaziamento e de deslocamento das funções, fazendo com que órgãos do governo elaborassem o Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP) visando recuperar a infraestrutura local e incluir também a população residente da área.

Mourad (2011) afirma que em 1978 a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia firmou um convênio com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia para desenvolver planos para a valorização da área do Centro Histórico, onde foi introduzida a lei que trata do tombamento de bens de valor cultural para o Estado da Bahia. Neste mesmo período de mudança de centralidade e surgimento do turismo como possibilidade de crescimento econômico para a Bahia, surgem as demarcações municipais como a lei municipal nº 3.289/1983 – Área de Proteção Rigorosa e Área Contígua. Em 1984 o Centro Histórico de Salvador é reconhecido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano seguinte, em 1985 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reconhece o Centro Histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade, a partir desta ação, a área volta a ser palco de novas intervenções: a primeira em 1986 pela Prefeitura de Salvador, na época gerida pelo então Prefeito Mario Kertész, e a segunda, em 1992 pelo Governo da Bahia, durante a gestão de Antônio Carlos Magalhães.

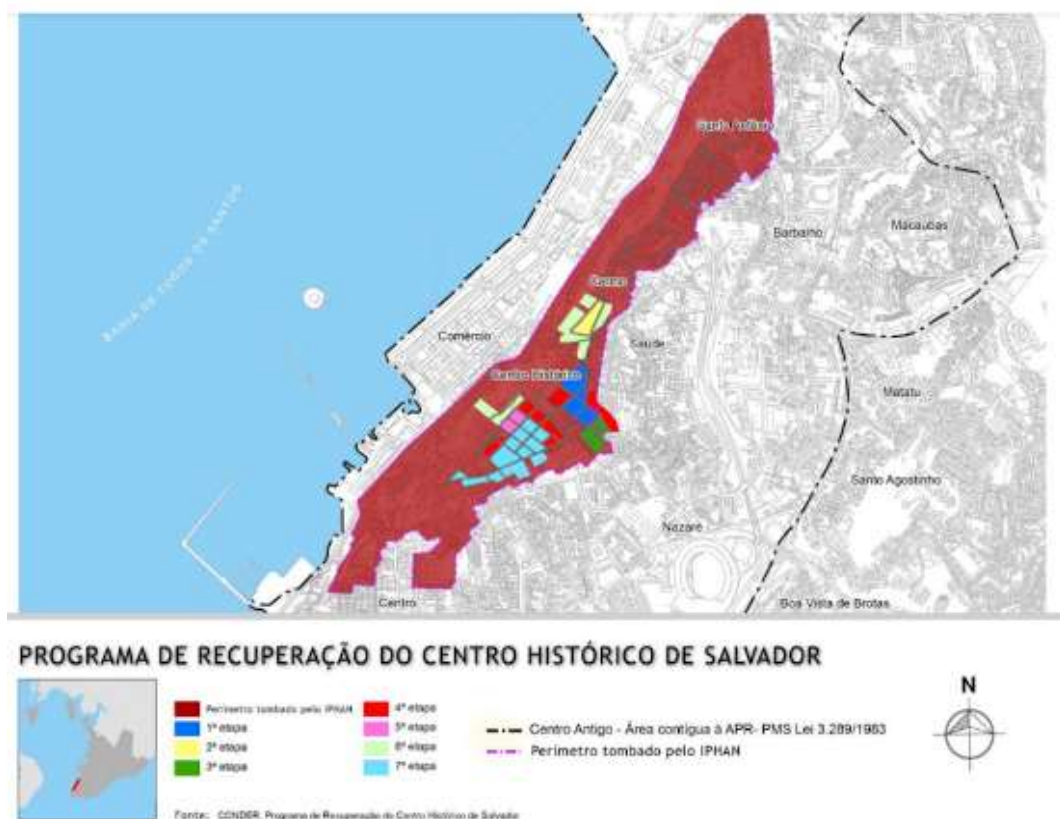
Perímetro de Tombamento do Centro Histórico – UNESCO



3.3. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

A partir de 1992, ocorreu uma reorientação na política de recuperação do centro histórico, quando o governo do Estado da Bahia, conduzido por Antônio Carlos Magalhães, resolveu intervir pesadamente na área, inspirando-se em experiências internacionais. Apoiava-se, entre outros documentos, no Termo de Referência do Plano de Ação Integrada do Centro Histórico da Cidade de Salvador, elaborado em 1991 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, que culminou no Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Programa de Recuperação do CHS



Fonte: Mourad (2011)

Na análise de Fernandes, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador foi concebido na “perspectiva da reconstrução e do progresso do

Estado, proclamados pelo governo como seus principais objetivos – uma Bahia moderna e preservada” (FERNANDES, 2006, p.13). Considerando que:

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador [...], concebido em 7 etapas, visava realizar uma intervenção de monta no coração do centro antigo, abrangendo cerca de 12 hectares – justamente a área mais degradada e a que continha maior número de exemplares de arquitetura colonial e barroca –, e que transformasse de forma drástica os moldes e as características do processo de reprodução da área, recuperando-a e reinserindo-a numa dinâmica mais condizente com a nova lógica de preponderância do turismo na condução do desenvolvimento da cidade (FERNANDES, 2006, p.5).

Nessa perspectiva, o centro antigo foi escolhido politicamente para alcançar esses objetivos, que se traduziram em três estratégias:

- Investir no turismo, visando ao desenvolvimento econômico. Seguindo tendência mundial, aqui também se apontava a cultura como o diferencial capaz de agregar mais valor ao "produto Bahia", elevando sua competitividade no contexto nacional e internacional;
- Valorizar a identidade cultural e as tradições da Bahia;
- Executar uma política que conduzisse à manutenção de um grupo político-econômico no Estado, desenvolvendo política de visibilidade e credibilidade na cidade do Salvador.

Mourad (2011) ressalta que o programa de recuperação foi forjado em bases autoritárias e excludentes, com a realização de etapas de intervenção – da primeira à sétima, conforme sintetizam Bomfim (2007), Gottschal & Santana (2006), Fernandes (2006) apud Mourad (2011) no Quadro “Etapas de execução do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”.

Para Mourad e Baltrusis (2016), a chamada requalificação na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador pode ser entendido pelo abandono do próprio ser humano, configurado nas quadras circunscritas entre as Ruas São Francisco, 28 de setembro. É possível perceber ao percorrer

este espaço o abandono da vida e da materialidade dos espaços e imóveis, largados em ruínas e obras mal acabadas, o que denota a má qualidade da infraestrutura do espaço, que resulta do processo segregador e autoritário de “regulação” do espaço.

Esta lógica pode ser percebida através de várias práticas exercidas pelo Estado no processo de Recuperação do Centro Histórico de Salvador desde a concepção do projeto da 7ª Etapa, expressa em documentos das empresas executoras da obra:

As famílias que deveriam continuar residindo no Centro Histórico eram aquelas proprietárias - que desejavam permanecer na área - ou as que tinham condições de manter o imóvel, ou seja, as que possuíam renda e estrutura familiar organizada. As demais famílias, desde que cadastradas, iriam receber um auxílio para aquisição de imóveis em outros bairros da cidade (SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA, 2002, p. 77).

3.4. REGISTROS SOBRE O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO NO TERRITÓRIO

O processo de assistência técnica no Centro Histórico de Salvador teve início com o prognóstico territorial com o apoio da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), a incursão teve início no percurso da poligonal da 7ª Etapa de Requalificação do CHS junto a Cícero Melo – atual dirigente da associação, que representou a AMACH.

O trabalho foi constituído das seguintes etapas de avaliação: **diagnóstico, aprofundamento e proposições.**

Nosso primeiro contato de aproximação com o território foi através de uma reunião geral provocada pela Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH para que pudéssemos retomar a colaboração de forma mais ampliada enquanto FAUFBA que já exerce vínculo com a comunidade. A AMACH trouxe como destaque três questões emergentes no CHS:

- A primeira, a insegurança relacionada à posse, uma vez que os títulos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU que foram emitidos há tempos atrás estão próximos de vencer e não há movimentação de órgãos governamentais com o intuito de renova-los;
- A segunda é sobre a permanência do processo de precarização seja pela má qualidade da construção de muitas das unidades do Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS, seja pelas dificuldades das próprias moradoras na manutenção dos imóveis, agravadas pela instabilidade das condições econômicas, de trabalho e renda no contexto pandêmico;
- A terceira é sobre outras moradoras que foram acolhidas em unidades do PHIS, originalmente destinadas as mais de 100 famílias contempladas no TAC de 2005, provenientes da Rocinha, da Chácara Santo Antônio, de remoções relativas a situações de risco.

Aproximação

1 *O início*

Os encontros iniciaram através de diálogos com pessoas da comunidade que encontramos durante nossa caminhada no território, apesar da Pandemia de COVID-19.



2 *Diálogos*

O encontro inicial serviu de base para formularmos a etapa de diálogos que foi um ponto importante, através dos diálogos conseguimos entender um pouco do processo histórico para além da teoria.



3 *Escuta*

O processo de escuta foi o processo mais importante durante nossas aproximações. Os moradores nos apresentaram as insatisfações mais diversas, desde a infraestrutura da calçada à regularização da posse das imóveis.



4 *Como terminou!*

Ideias, intervenções... foram algumas das ações previstas a partir das escutas e reuniões...



5 *Próximos passos...*

Intervenções urbanas, plano de ocupação de casarões, mobilização comunitária...



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADANIA
RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Diante do exposto, o encontro ocorreu para que pensássemos em possibilidades e articulações sobre a ocupação da 7ª etapa. A AMACH objetiva o fortalecimento da articulação entre essas moradoras e grupos para dar potencialização às suas demandas, pensando possibilidades para o reconhecimento dessas posses e ocupações.

Posterior ao que foi relatado buscou-se embasamentos teóricos sobre as referências do trabalho com a AMACH através da Perícia Popular. O artigo "Perícia Popular do Centro Histórico de Salvador: Vida Urbana Negra e Máquina Patrimonial" escrito por Gloria Cecilia e Brais Estévez, que compõe a segunda edição do livro "Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade", organizado pelo John Gledhill, Maria Gabriela Hita e Mariano Perelman.

Bem como nos aprofundamos em alguns acervos de trabalhos já existentes no CHS e ou sobre o mesmo, a exemplo daqueles realizados pela própria residência. Esses trabalhos estão expostos no repositório institucional da UFBA e sintetizados no quadro a seguir no decorrer do texto. Como resultado desses conhecimentos teóricos e prévios sobre as situações emergentes do CHS na poligonal da 7ª etapa. Foi elaborada uma estrutura esquemática que se possibilita um planejamento, abordagens mais sistêmicas – um Plano de Mobilização.

Esta etapa tornou-se de fundamental importância, sobretudo a partir do contexto em que nos encontrávamos. A migração da comunidade de Santa Luzia para o CHS tornou o caminho um pouco mais árduo, então precisamos nos debruçar sobre os trabalhos já existentes para que pudéssemos compreender como atuar inicialmente na área.

Quadro síntese trabalhos RAU+E

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	PERÍODO	OBJETIVO DO TRABALHO
Habitação de interesse social para população em situação de rua	André Luiz Barros da Silva	2013 - 2014	O trabalho tem como objetivo reunir as informações necessárias para a elaboração de Termo de Referência (TR), de modo a subsidiar a proposta de Habitação de Interesse Social para a População em Situação de Rua no Centro Antigo de Salvador.
Um Centro de Educação Infantil no Centro Histórico de Salvador	Adriano Alcântara A. Pires	2013 - 2014	O trabalho é um termo de referência para a contratação de escritura, onde foi desenvolvido o projeto básico de arquitetura de um centro de educação, que visa atender as necessidades apresentadas pela AMACHI, em acordo com a Defensoria Pública da União e a decisão deste escritório em prestar assistência técnica em Habitação de Interesse Social e Direito à cidade.
Centro Histórico de Salvador, Vivo e Plural: Subsídios Socioambientais para o debate de desenvolvimento territorial sustentável	Kátia Damasceno Neves	2017 - 2018	O trabalho tem o propósito de auxiliar no processo de planejamento urbano do Centro Histórico, tendo em vista a dimensão socioambiental, buscando gerar subsídios para o debate de um território socialmente justo, inclusivo, seguro, resiliente e sustentável.
Habitação para o Centro Histórico de Salvador (CHS), vivo e plural. Uma proposta para a ZEIS da 7ª Etapa CHS	Nayara Salla Santiago Sacramento	2017 - 2018	Objetivo geral do trabalho é propor uma intervenção de usos existentes e novos para a área, visando uma realidade viva e plural, em sintonia com diversidade de usos e formas de socialização no espaço. Dessa forma o trabalho busca refletir a ZEIS como instrumento urbano de garantia de direito à moradia digna.
Habitação para o Centro Histórico de Salvador, vivo e plural. O Casarão nº18 na Ladeira da Praça	Diabete Violante Sampaio	2017 - 2018	O objetivo do trabalho é propor um projeto arquitetônico para um Casarão histórico, dividido em etapas, que deverá dar suporte - ao se abrir para a cidade, prevendo usos mistos - à realignação da habitação digna no Centro Histórico de Salvador (CHS).
Habitação para o Centro Histórico de Salvador, vivo e plural. O Casarão nº19 da Ladeira da Praça	Ana Lúcia Teles da Silva	2017 - 2018	Proposta preliminar habitacional relativa à manutenção e conservação do edifício, além de um projeto proposto para o estacionamento no terreno do Casarão. Apresentam subsídios de projeto arquitetônico e condições fundamentais para realização de moradia digna.
Habitação para o Centro Histórico de Salvador, vivo e plural. O direito à cidade fortalecendo a moradia popular e a geração de renda no Casarão 11	Viviane de Jesus Conceição Campos	2017 - 2018	Propõe apontar diretrizes de intervenções voltadas para o desenvolvimento, consolidação e possibilidade de permanência no local, pelo direito à cidade e esse trabalho trata-se de uma das propostas específicas voltadas para a geração de geração e renda. A metodologia de abordagem no território foi desenvolvida com visitas de campo, entrevistas, consulta a dados secundários e reflexões, por meio da mobilização com técnicos e moradores, inclusive no processo de assistência técnica prestado pela equipe.

Fonte: Acervo RAU+E elaborado pelos autores

3.4.1. DIRETRIZES DA MOBILIZAÇÃO

O trabalho de mobilização social é um instrumento de informação sobre as ideias e ou das atividades desenvolvidas e convites para reuniões, mas também estimula forma e partilha ações e compromissos na medida em que possibilita a integração de moradores com as políticas públicas e suas interfaces.

O plano de mobilização tem por finalidade a participação social nas atividades propostas e para desenvolvimento destas, apresenta-se o seguinte ciclo:

Estudo de necessidades do bairro => Movimentação dos alunos para elaboração de propostas => Disponibilidade de tutores responsáveis pela orientação na execução das atividades na área => Questionário socioeconômico e habitacional dos moradores => Aprovação dos moradores => Execução dos programas e projetos previstos no plano de movimentação.

O projeto orienta-se sob as seguintes diretrizes:

- Dispor respostas às necessidades da população. A continuidade e a permanência das ações são pilares determinantes para a sustentabilidade do processo, não apenas implantação de novas ideias e propostas;
- Trabalhar para lançar margens para a sustentabilidade das intervenções e suas diferentes dimensões;
- Respeito à cultura local considerando as tradições existentes ao implementar e ou propor atividades iniciais;
- Orientar de forma generosa e renovadora a partilha do poder com os diferentes segmentos sociais;
- Trabalho transparente e participativo para assegurar que todos tenham direito à voz, como condição de credibilidade. Maneira de aflorar os interesses divergentes para ser possível a construção de um trabalho democrático;
- Instituir canais de participação e diálogo e, tentativa de implementar processos contínuos, integrados de aprendizagem com o diálogo entre professores, tutores e moradores;
- Definir regras claras, com decisões coletivas e transparentes para a participação, estabelecendo fóruns consultivos e deliberativos, canais de diálogos permanentes e temporários, reuniões desde os momentos de abertura até a sistematização do processo.

Um dos maiores desafios foi a Pandemia de COVID-19, que acabou surgindo como uma limitação para os residentes e para os moradores do território – em sua grande maioria idosos –, mas durante as reuniões foi decidido que o processo seria conduzido da forma que fosse possível, principalmente através de reuniões online com auxílio das plataformas digitais de comunicação. É preciso ressaltar que apesar do esforço em reunir possibilidades no âmbito do processo de assistência técnica, foi preciso contornar as variações em relação à pandemia que neste período, era mais instável devido aos aumentos de casos da covid-19. Ainda assim, levando em conta o planejamento realizado preliminarmente, destacamos principalmente as incursões que foram fundamentais durante todo o processo surgindo não apenas como um processo

de escuta, mas também na tentativa de propor ideias que fossem exequíveis e que incluíssem a comunidade no processo de produção.

3.4.2. DIFICULDADES DE ATUAÇÃO NA ATHIS EM TEMPOS PANDEMICOS

Mesmo com todo o plano de mobilização elaborado, com as pesquisas desenvolvidas no CHS e os resultados obtidos, as visitas de campos in loco realizadas (ainda que limitadas), as reuniões online com tutores, com a AMACH, com Cícero e com moradores (apenas uma das reuniões online obteve presença da comunidade), não conseguimos alcançar nosso objetivo prático de Assistência Técnica.

Quando se trata de ATHIS se faz indispensável à presença da população, parte do ponto de vista da práxis, colocando Assessoria como lugar de troca, como um processo contínuo. Entende-se que a participação popular é fundamental para democratizar o processo de decisão, as atividades realizadas e aquelas que serão implementadas propõem estimular os diversos atores sociais para que interajam de forma articulada e propositiva a fim de garantir a universalização de serviços e a promoção da qualidade de vida. A comunidade do CHS já ultrapassa a ideia de ser beneficiária passiva dos serviços públicos e durante muito tempo assumem papéis de protagonismo, através de muita luta e resistência. Assim, se a participação faz referência de acesso ao poder, a população apropria-se e se empodera.

Novos espaços de poder são constituídos e partilhados resultando no comprometimento e engajamento de todos os envolvidos. Conseqüentemente, a participação se fortalece com um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais em uma entrelaçada rede de apoio e colaboração que estimula parcerias e fortalece laços de confiança. Assim a participação popular nos deve ocorrer com o uso de diversos instrumentos de controle social, a exemplo, com a realização de reuniões para debate de políticas públicas municipais e fortalecimento dessas raízes para uma adequação a um futuro projeto municipal.

“A participação é facilitada se acontecer onde os laços territoriais, econômicos e culturais, fortemente ligados às noções de identidade e pertencimento são presentes e marcantes. A proximidade da realidade a qual se quer transformar, assim como dos fatores que afetam diretamente a qualidade de vida da comunidade, é um grande estímulo para a atuação cidadã. Acompanhar de perto a evolução e os resultados positivos das ações deflagradas fortalece a participação popular e tende a estimular a adesão de novas pessoas, grupos e instituições no decorrer do processo. (Ministério das Cidades, 2008)”.

Nosso processo de aproximação com a comunidade foi muito limitado e isso atinge diretamente a realização de um trabalho de assessoria, diante de inúmeras tentativas de organizar a realização de algumas oficinas que tínhamos elaborado com a comunidade, efetivamente tivemos pouca mobilização social e pouco contato com a população.

Conseguimos realizar algumas atividades que estavam postas no plano de mobilização, mas como a adesão populacional foi baixa, serviram como embasamento metodológico para a elaboração desse trabalho e, sobretudo como reflexão para futuras atuações de ATHIS. Todo processo é aproveitado, ainda que caótico e serve como aprendizado.

→ Atividades postas em práticas:

- Reuniões onlines e presenciais com Cícero, atual diretor da AMACH – a pessoa responsável por “facilitar” o nosso vínculo enquanto assistentes com os moradores locais. No entanto outras atividades atravessaram nossos caminhos e interlocuções;
- Reuniões limitadas com os tutores – inicialmente Gloria Cecilia e Fabio Velame, posteriormente apenas Fabio seguiu na tutoria, para delimitação das etapas do trabalho. O que fomentou em um atraso de que produto prático que entregaríamos para comunidade;
- Visita ao CHS para conhecer a poligonal da 7a etapa – acompanhados por Cícero;

- Conversação com os moradores locais para entendermos sobre o CHS através de quem vive a realidade local – atividade exercida porta a porta, sem aviso prévio para com a comunidade (fugiu do combinado);
- Levantamento in loco, prévio, das condições de algumas moradias da 7a etapa – tivemos acesso às casas de alguns moradores que nos relataram os maiores problemas em suas moradias enfrentados por eles – como estávamos em uma pandemia, toda visita foi feita de acordo com as orientações da OMS;
- Aplicação do formulário e de entrevistas para elaboração do diagnóstico socioeconômico e habitacional – a usamos o formulário e as entrevistas também como estratégia para aproximação com a comunidade, uma vez que nosso contato foi extremamente limitado;
- Através dos dados obtidos traçamos as principais demandas da comunidade – que por ventura podem ser utilizados por outros assessores sociais.

3.4.3. ANALISE DAS DEMANDAS TERRITORIAIS PREVIAMENTE LEVANTADAS

Apresentam-se previamente análises que visam entender e atender as necessidades do CHS, trazendo melhorias para a população local, com base nas visitas a campo. Através de intervenções urbanas, aprimorar propostas existentes e ou apresentar novas propostas. A coleta de dados compreende e formam este espaço, com o intuito de se obter uma análise territorial satisfatória e que possa posteriormente oferecer embasamento para propostas de intervenções urbanísticas, que incluem desde o sistema viário, sinalização e uso do espaço público, a tipologia arquitetônica, o ponto de vista ambiental e controle de riscos geológicos (se o local onde a habitação está alocada está diretamente ligado a uma boa ou má habitabilidade – áreas suscetíveis a desastres (deslizamentos de terra, desabamentos, etc)).

As prioridades ainda são as mesmas do passado – problemas de gestão, pouca ou quase nula:

- Regulamentação fundiária;
- Imóveis vazios – ocupação dos imóveis por pessoas que não tem moradia
- Imóveis em processo de degradação – principalmente com altos índices de possíveis desabamentos;
- Imóveis sem função social e que não estão em ruína;
- Racismo estrutural – processo de gentrificação;
- Programa habitacional de direito social em descontinuidade. Foram 108 famílias beneficiadas em 2003, setenta e seis unidades no Pilar, Vila Nova Esperança e na Rocinha do Pelourinho – foi captado sete milhões de reais para dar seguimento à obra, mas não tem andamento;
- Ausência de projetos executivos – existências de muitos projetos bases;
- Direito real de uso;
- Falta de equipamentos coletivos; Municipalização da creche;
- Ação do programa de recuperação – falta de articulação com uma política de emprego e renda.

Alguns instrumentos importantíssimos, mas que se faz necessário o aprofundamento das pesquisas, para aplicação e avaliação dos resultados, a cartografia e o geoprocessamento, juntos, são uma ferramenta de gestão urbana e de suporte para as decisões em direção ao desenvolvimento sustentável local. Mensura e torna o processo de gestão das ocupações irregulares efetivas para o desenvolvimento de objetivos e metas rumo à sustentabilidade, com intuito de possibilitar medir, planejar e corrigir futuras ações voltadas à problemática socioambiental, referente às relações sociedade, meio ambiente e acessibilidade.

Declaramos de antemão, que não foram feitas visitas suficientes à área de estudo para que pudéssemos fomentar a sua aplicabilidade. Dito isto, optamos

por apresentar um produto de cunho mais técnico, que conseguiríamos por em prática a partir da análise obtida – um Estudo de Potencial Construtivo, a partir de uma quadra da poligonal da 7a etapa.

4. ESTUDO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

Ao admirarmos a cidade, à primeira vista, podemos não entender o que de fato há por trás das construções presentes e dos diversos elementos, como regras urbanísticas e métodos construtivos, que foram analisados para que ele pudesse ser construído. Por trás destas cidades admiráveis e eficientes existem diversos instrumentos urbanísticos e normativos que permitiram essa qualificação, um deles é o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, oriundo dos princípios estabelecidos no art. 182 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o Plano Diretor como principal instrumento de planejamento urbano das cidades, em que uma das suas fundamentais funções é normatizar as diretrizes estratégicas para o crescimento urbanístico das cidades, com o intuito de garantir a coerência no desenvolvimento das mesmas, de forma adequada a perfil e trajetória populacional, econômica e ambiental.

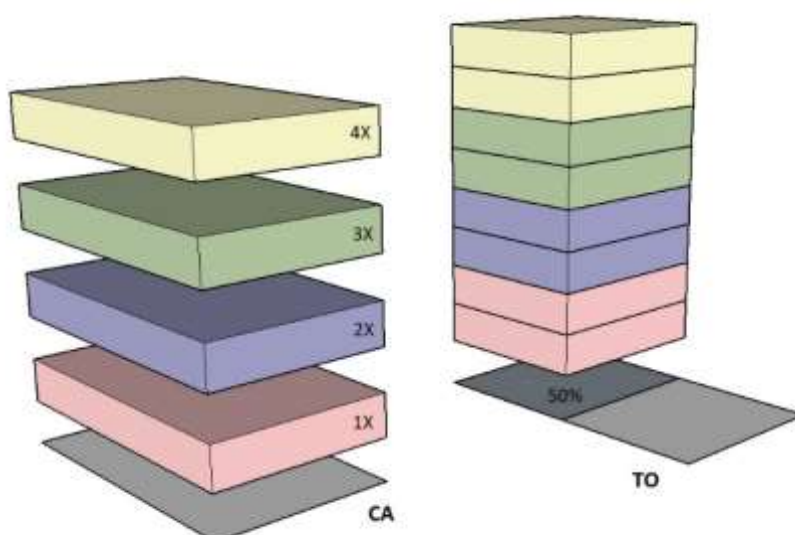
As diretrizes e os regramentos contidos em um Plano Diretor são de suma importância. No quesito da elaboração de um estudo de massa e análise de um terreno em prospecção, as principais diretrizes e limitações que uma edificação tem que respeitar em projeto são relacionadas ao potencial construtivo, índice de aproveitamento, taxa de ocupação do solo, recuos laterais e de fundos, recuos para ajardinamento, recuos previstos para alargamento viário, altura máxima, tipo de atividade que pode ser exercida na região em que se localiza o terreno e outras informações pertinentes à elaboração de um projeto de edificação dentro das leis vigentes. Para o município de Porto Alegre, essas informações estão contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei 9069/2016.– PDDU, vigente atualmente), que põe em prática as diretrizes do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

A falta de entendimento a respeito do impacto que as edificações projetadas sem o cumprimento das regras e diretrizes contidas no Plano Diretor do município podem causar no planejamento da edificação e no desenvolvimento da cidade. Por conta disso, é de extrema importância que seja possível compreendermos e identificarmos o potencial construtivo de um

terreno, ou seja, identificar a capacidade máxima permitida pela legislação para construir é uma questão para a qual o incorporador ou investidor imobiliário deve ter a resposta antes de negociar a aquisição de um novo terreno, pois influencia diretamente na área de venda do futuro empreendimento.

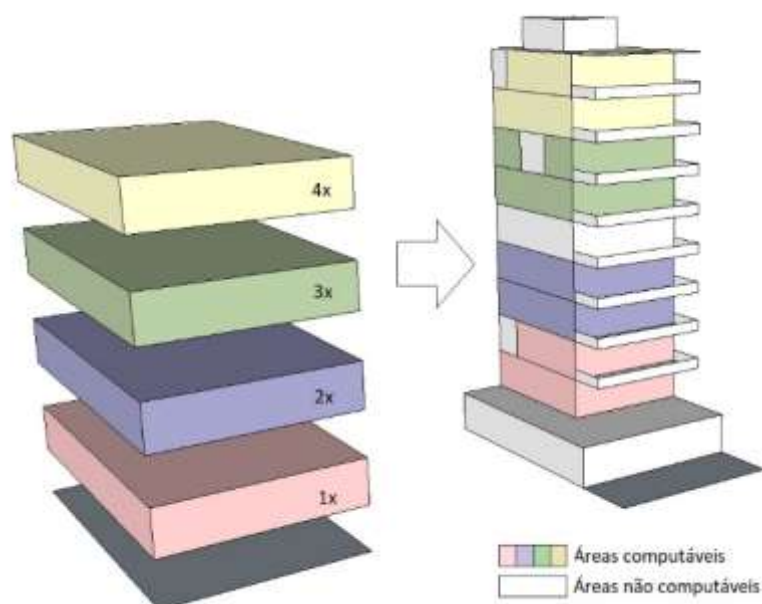
A Área Total de Potencial Construtivo representa uma estimativa máxima do potencial construtivo que uma determinada zona pode atingir, através da efetivação dos Coeficientes de Aproveitamento (CA) definidos pela Lei de Ocupação e Uso do Solo 2016. O Centro Histórico, conforme o PDDU 2016, está localizado na ZEIS 2 e possui um Coeficiente Máximo de Aproveitamento no valor de 3,0. De acordo com a Lei, a ZEIS-2 corresponde à “edificação ou conjunto de edificações deterioradas, desocupadas ou ocupadas, predominantemente, sob a forma de cortiços, habitações coletivas, vilas ou filas de casas.”

Para a implantação de uma edificação ou lote, é preciso considerar o Coeficiente de Aproveitamento (CA) e a Taxa de Ocupação (TO). O CA visa representar quantas vezes é possível construir na área do terreno, já o TO representa a porcentagem do terreno que se pode ocupar em projeção horizontal, conforme ilustrado:



Cada área possui o CA mínimo, básico e máximo. Sendo o CA máximo o limite, sua utilização ultrapassada pressupõe, portanto, o pagamento de uma contrapartida financeira à prefeitura, chamada Outorga Onerosa. Em geral, os estudos de potencial construtivo para empreendimentos imobiliários pressupõem a utilização do CA máximo.

Já a área construída que pode ser entendida como a soma de áreas computáveis e não computáveis. Ou seja, todas as áreas computáveis e não computáveis irão compor a área construída da edificação – que deverá ser composta somente por áreas cobertas, pois áreas descobertas de qualquer tipo não são consideradas áreas construídas.



Coefficiente de Aproveitamento e Taxa de Ocupação / Fonte: Arquitetura Legal

De acordo com os parâmetros da LOUOS 2016, o Índice de Ocupação Máxima para os terrenos existentes com área inferior a 64m² será igual a 0,90; para terrenos com área igual ou superior a 64m² e inferiores a 125m² será igual a 0,70; para terrenos existentes com área igual ou superior a 125m² e inferiores a 250m² será igual a 0,60; para terrenos com área igual ou superior a 250m² será igual a 0,50.

Em relação ao Índice de Permeabilidade Mínima, temos que, no caso de terrenos área inferior a 64m² será igual a 0,05; para os terrenos com área igual ou superior a 64m² e inferiores a 125m² será igual a 0,10; para terrenos com área igual ou superior a 125m² será igual a 0,1.

A LOUOS traz ainda os parâmetros para os recuos mínimos em metros, sendo que estão isentos da aplicação dos recuos os terrenos inferiores a 250m². Para os terrenos com área igual ou superior a 250m² o recuo frontal mínimo será igual a 4,00m, o recuo lateral mínimo será igual a 1,50m e o recuo de fundo será igual a 2,50m, observando-se as disposições das letras (c) e (f) desta observação.

A Figura 00: ZEIS Salvador nos mostra a inserção do Centro Histórico na ZEIS 2, o que já está em acordo com os dados relatados no decorrer do texto, facilitando assim a aplicação dos parâmetros e índices em futuros projetos para a referida área. Já as Figuras 00 e 00 sintetizam informações de fundamental importância para a aplicação dos parâmetros e índices da LOUOS e do PDDU de acordo com o zoneamento.

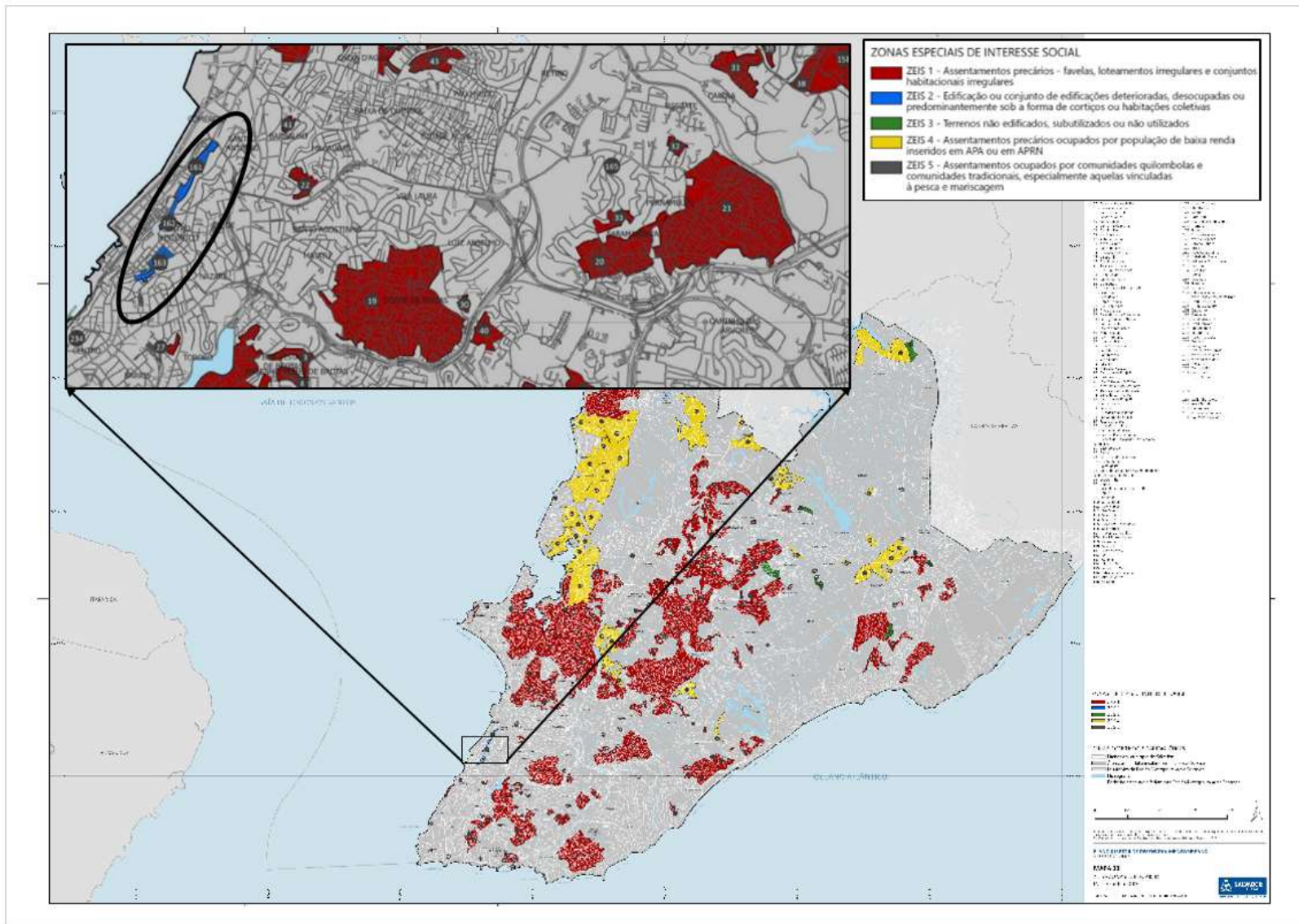


Figura 00: ZEIS Salvador / Fonte: PDDU 2016, editado

ZONEAMENTO - COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

Pág. 1

ZONA	SUBZONA	IDENTIFICAÇÃO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO		
			MÍNIMO	BÁSICO	MÁXIMO
ZPR (1)	ZPR-1	Zona Predominantemente Residencial de Baixa Densidade - 1	0,20	1,00	1,00
	ZPR-2	Zona Predominantemente Residencial de Média Densidade - 2	0,20	1,00	2,00
	ZPR-3	Zona Predominantemente Residencial de Alta Densidade - 3	0,30	1,50	3,00
ZEIS	ZEIS-1	Zona Especial de Interesse Social - Assentamentos Precários - 1	0,30	1,50	3,00
	ZEIS-2	Zona Especial de Interesse Social - Edificação deteriorada - 2	0,30	1,50	3,00
	ZEIS-3	Zona Especial de Interesse Social -Terrenos - 3	0,30	1,50	3,00
	ZEIS-4	Zona Especial de Interesse Social - APA e APRN - 4	0,20	1,00	2,00
	ZEIS-5	Zona Especial de Interesse Social - Quilombos e Comunidades Tradicionais - 5	0,20	1,00	2,00
ZCMe	ZCMe-1/01	Zona Centralidade Metropolitana Camaragibe - 1/01	0,40	2,00	4,00
	ZCMe-1/02	Zona Centralidade Metropolitana Retiro/ Acesso Norte - 1/02	0,40	2,00	4,00
	ZCMe-1/03	Zona Centralidade Metropolitana Avenida Luís Viana / Av. 29 de Março - 1/03	0,40	2,00	4,00
	ZCMe-2	Zona Centralidade Metropolitana Uso Misto (Águas Claras / Valéria) - 2	0,40	2,00	4,00
	ZCMe-CA	Zona Centralidade Metropolitana - Centro Antigo	0,40	2,00	4,00

(1) Ficam mantidos os parâmetros urbanísticos aprovados para os Loteamentos Itaigara e Vela Branca.

Figura 00: LOUOS 2016 / Fonte: PDDU 2016, editado

TIPO DE ZONA	ZONA DE USO	Coeficiente de Aproveitamento			Índice de Ocupação Máxima	Índice de Permeabilidade Mínima	Recuos Mínimos (em metros)			Quota Máxima de terreno por unidade (m²)
		CA Mín	CAB	CAM			Frente	Laterais	Fundo	
ZPR	ZPR 1	0,10	1,00	1,00	(a)	0,30	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZPR 2	0,20	1,00	2,00						
	ZPR 3	0,30	1,50	3,00						
ZEIS	ZEIS 1	0,30	1,50	3,00	(a)	(b)	(g)	(g)	(g)	NA
	ZEIS 2									
	ZEIS 3									
	ZEIS 4	0,20	1,00	2,00						
	ZEIS 5									
ZCMe	ZCMe 1/01	0,40	2,00	4,00	0,60	0,20	7,50	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZCMe 1/02									25
	ZCMe 1/03									25
	ZCMe 2									25
	ZCMe - CA									0,10
ZCMu	ZCMu 1	0,20	1,00	2,00	0,60	0,2	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZCMu 2	0,30	1,50	3,00	0,60	0,20	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	
ZCLMe	ZCLMe	0,40	2,00	4,00	0,70	0,20	7,50	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZCLMu	ZCLMu	0,30	1,50	3,00	0,70	0,20	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZDE	ZDE 1	0,20	1,00	2,00	0,70	0,20	4,00 (d)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZDE 2				0,60					
ZUSI	ZUSI	0,20	1,00	1,00	0,30	0,30	5,00	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZIT	ZIT	0,20	1,00	2,00	0,50	0,40	5,00	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZEM	ZEM	0,10	0,50	0,50	Observar as disposições contidas no Art. 31					NA
ZUE	ZUE	0,20	1,00	2,00	Observar as disposições contidas no Art. 32					NA
	1,3,4,6,7,8,9,10,12									NA
	ZUE 2 e 13									0,30
	ZUE 5 e 11	0,20	1,00	1,00						NA
ZPAM	ZPAM	NA	0,20	0,20	Observar as disposições contidas no Art. 33					NA
ZUSI	ZUSI	(h)								

Figura 00: LOUOS 2016 / Fonte: PDDU 2016, editado

No caso do Centro Histórico de Salvador, existem áreas e terrenos em que os parâmetros e índices podem ser aplicados, mas na área estudada foram encontrados dois possíveis terrenos para a efetivação de projetos que visem o desenvolvimento da comunidade. Um destes terrenos, citados durante as incursões de assistência técnica está localizado na poligonal da 7ª Etapa do CHS.

O terreno em questão possui 2.182,52 m², é um terreno possível de ser ocupado, mas está em condições de precariedade, não podendo ser habitado nas atuais condições, o que favorece ainda mais a possibilidade de criação de projeto em comunidade junto à assistência técnica. No caso deste terreno, o Índice de Ocupação Máxima seria de 0,50 devido à área em m², já o Índice de Permeabilidade Mínima seria de 0,1, seguindo os parâmetros da lei.



Possível terreno no CHS

No caso desta área, que possui 2.182,52 m² e considerando que seja utilizado o Coeficiente de Aproveitamento Máximo que é 3,0, teríamos um potencial construtivo de 6.547,581 m² de Área Computável para construir.

É importante ressaltar também que a Área Computável do projeto considera apenas neste parâmetro áreas fechadas, sem vedações laterais, o que poderia ser interessante do ponto de vista de projeto, uma vez que poderá surgir uma área de convivência do térreo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de grande parte do esforço empreendido na realização do trabalho, é possível concluir que o processo de assistência técnica em territórios populares não é uma tarefa fácil, muito menos uma tarefa não política. Trata-se, sobretudo de um processo árduo e de muitos recomeços.

Durante o período, foi preciso repensar as ideias e criar outras, pois no decorrer da assessoria o movimento das demandas está sempre em constante mudança, assim como os possíveis impactos às comunidades, principalmente em contexto pandêmico, como foi o caso do trabalho realizado.

Foi possível notar que a diferença de infraestrutura na cidade, o olhar crítico já nos permite perceber que a infraestrutura urbana no mesmo bairro se diferencia pela finalidade ou “importância” econômica de determinadas áreas, como é o caso do CHS. O Centro Histórico de Salvador ao longo dos anos vem sofrendo um processo de esvaziamento urbano, sobretudo habitacional, determinado pelas transformações econômicas. Desde 2008 o Centro Histórico de Salvador é classificado como uma ZEIS com o objetivo de garantir proteção à população que sofre com expulsões recorrentes da especulação imobiliária.

Na área turística, por exemplo, existe a arborização, praças de lazer, belas fontes, placas de identificação dos logradouros e lojas com fins turísticos. Quando comparamos à 7ª etapa de requalificação, por exemplo, já conseguimos perceber que nem mesmo uma simples calçada é semelhante às demais áreas do CHS, e neste caso, nem é preciso caminhar muito para perceber o que diferenciar completamente da infraestrutura urbana do local.

Compreendendo este processo, entendemos que uma das características do processo de expansão urbana de Salvador é que a velocidade da produção dos espaços não acompanhou a construção das redes de infraestruturas, onde a contribuição da desigualdade acaba por estruturar e consolidar bairros valorizados em detrimento de outros e as áreas voltadas para atividades econômicas, enquanto áreas populares e áreas periféricas não são servidas da mesma maneira, criando um descompasso que se faz presente até a atualidade.

Dessa forma, a lógica na produção de infraestrutura nestas áreas é completamente negligenciada. Sendo a assistência técnica uma ferramenta no apoio à luta de moradia e permanência em territórios de vulnerabilidade social. Se considerarmos o papel da infraestrutura urbana nas áreas, perceberemos que ela será importante na redução das crescentes desigualdades que nos são apresentadas. Ou seja, a infraestrutura de determinado lugar é um dos principais fatores para o acesso das comunidades, do abastecimento de água e energia elétrica a uma simples calçada.

Busca-se assim avançar na compreensão do espaço, de sua historicidade e de sua relação dialética com a sociedade, atribuindo significado social. O direito a moradia é um dos principais obstáculos das cidades brasileiras e, sobretudo em Salvador e CHS.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Paula Marques. **“Requalificação Urbana: novos caminhos para o centro histórico de Salvador”**. Dissertação de mestrado, PUCCampinas, 2008.

CARVALHO, Inaiá M. Moreira; Pereira, G. Corso; GORDILHO-SOUZA, Angela Maria **“Polarização e Segregação Socioespacial”**. Caderno CRH, Salvador, v.17, maio/agosto, 2004.

FERNANDES, Ana. **“A constituição do urbanismo moderno na Bahia 1900-1950”**. In: LEME, M. C. (org.) urbanismo no Brasil, 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel, p.167-182, 1999.

FERNANDES, Ana. **“Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira? Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia, Brasil)”**, Ana Fernandes (coord), PPG-AU Faculdade de Arquitetura, UFBA, Lincoln Institute of Land Policy, Salvador, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **“E a Bahia civiliza-se...Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916”**, Dissertação Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, 1996.

MOURAD, Laila Nazem e BALTRUSIS Nelson. **“Lutas pela conquista do direito à moradia no Centro Histórico de Salvador”**, In: **Revisitando o instituto do tombamento** (coords) Edésio Fernandes e Betânia Alfonsin, Ef. Editora: Fórum, 2010.

NOBRE, E. A. C. **“Intervenções urbanas em Salvador: Turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho”**. In: **X Encontro Nacional da ANPUR, 2003**, Belo Horizonte. Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas. Belo Horizonte : ANPUR, 2003.

PERES, Fernando da Rocha. **“Memória da Sé”**. Salvador: Macunaíma, 1974.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **“Dois Centros, duas políticas, dois Resultados”**, **X Coloquio Internacional de geocrítica, Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales**, 1999-2008, Barcelona, 26 - 30 de Mayo de 2008.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176 p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987